

A FAMÍLIA RURAL: memórias de migrantes na região sul da Bahia (1960- 1980)¹

Priscila Santos da Glória²

Resumo:

As distintas trajetórias de trabalhadores rurais que buscaram em Itabuna, cidade localizada no sul da Bahia, melhores condições de vida, durante a década de 1980, se enlaçaram na formação dos bairros populares Pedro Jerônimo e Maria Pinheiro. Estes migrantes são advindos da zona rural do próprio município, de cidades circunvizinhas, e de outras localizadas na região sudoeste da Bahia. Compondo suas narrativas eles rememoram suas vivências no campo, onde nasceram e/ou construíram grande parte das suas histórias, esta temporalidade é significada como o “tempo da roça”. Neste ato de lembrar eles não narram apenas o trabalho que exerciam nas próprias roças ou em propriedades cacauicultoras, também relatam lembranças de suas famílias rurais. Dessa forma, esta comunicação se propõe a refletir sobre estas lembranças rurais, suas famílias, suas vivências com os pais, e os laços de solidariedade estabelecidos entre os migrantes e sua vizinhança. As narrativas femininas, no entanto, são peculiares quando se trata destas lembranças, as mulheres são mais falantes e colocam a família como um elemento norteador das suas trajetórias. Evidenciando o seu papel na convivência familiar e social. A pesquisa tem como cerne a metodologia da história oral para auxiliar na reconstituição das memórias destes migrantes. O referencial teórico utilizado transitou entre a história oral com Alessandro Portelli (1996), Pierre Ansart (2001), e Ecléa Bosi (1994), como também os estudos sobre as mulheres de Michelle Perrot (2008), e as análises sobre famílias de migrantes de Eunice Durhan (1973) e Célia Lucena (1999).

Palavras-chave: Memórias; Migrantes; Família Rural.

Introdução

Este texto é uma proposta de reflexão sobre as memórias dos migrantes acerca da família rural. Trabalhadores rurais que buscaram na cidade de Itabuna-BA, na década de 1980, melhores condições de vida, provenientes de diversas zonas rurais do sul e do sudoeste da Bahia. As memórias rurais emanam uma temporalidade específica que foge ao tempo cronológico, pois é um tempo significado pelas narrativas destes sujeitos, o qual denominamos, o “tempo da roça”. Nesta temporalidade o trabalho rural emerge nas narrativas dos migrantes, onde a família aparece como o elemento chave para a realização deste trabalho e o contínuo da sobrevivência.

¹ O presente texto integra o primeiro capítulo da dissertação “**Entre a roça e a cidade:** trabalho, trajetórias e memórias de migrantes em Itabuna, BA (1990-1960) defendida em 2011 no programa de pós graduação de História Regional e Local – UNEB, campus V;

² Professora Assistente do colegiado de História, UNEB, campus X; Mestre em História Regional e Local, UNEB, campus V;

Os migrantes, ao recordarem o “tempo da roça”, expressam principalmente as relações de trabalho, porém não se limitam ao cotidiano do trabalho, inserem neste cotidiano, também a família, as vivências com os pais, as suas moradias e a vizinhança, com as quais estabeleciam laços de solidariedade. Os depoimentos femininos, no entanto, são peculiares quando se trata destas lembranças, as mulheres são mais falantes e colocam a família como um elemento norteador durante as narrativas, pois elas são as “guardiãs da memória das famílias” (PERROT, 2008, p. 112).

Sob a ótica de Célia Lucena, as mulheres “são grandes especialistas na memória da família” (1996: 210). Enquanto os homens narram suas atividades profissionais desenvolvidas ao longo de suas vidas, as memórias femininas emanam lembranças da família, evidenciando o seu papel na convivência familiar e social.

A pesquisa utilizou a metodologia da história oral para percorrer as lembranças rurais dos migrantes, buscando essencialmente as memórias sobre as famílias, a convivência rural, os laços de solidariedade, que aparecem tanto na vizinhança como nas relações de compadrio. Foram entrevistados núcleos familiares, com a primeira e segunda geração, no intuito de perceber os diferentes significados atribuídos às vivências rurais. Como suporte teórico da história oral, utilizamos Alessandro Portelli (1996), Pierre Ansart (2001), e Ecléa Bosi (1994), além dos estudos sobre as mulheres de Michelle Perrot (2008), e as análises sobre famílias de migrantes de Eunice Durhan (1973) e Célia Lucena (1999).

A família rural

Dona Raimunda migrante da região de Poções, sudoeste da Bahia, foi criada junto a sua família em uma pequena propriedade. No final da década de 1950, migrou ao lado do padrinho, para Ibicaraí, onde se casou e constituiu família. Em 1960, foram para o município de Buerarema, onde trabalhavam como rendeiros e como diaristas em lavouras cacaueiras, a trajetória dela é carregada de mobilidade rural.

Dona Raimunda, ao recordar a sua juventude, em meio à década de 1950, lembra que vivia com os pais e a eles pertencia o seu destino: “Minha juventude foi muito boa, naquele tempo ninguém pensava em nada (...) porque nós trabalhava, não sabia de nada, vivia junto dos pais, era uma vida muito longa, uma vida muito boa” (JESUS, 2010).

Apesar de se submeter às decisões de seus pais, dona Raimunda caracteriza estas vivências como “boas”, “uma vida longa”, hoje mora em Itabuna distante de seus pais, que ficaram na região de Poções, e sente saudades da família, assim ao rememorar o tempo da sua

juventude o faz com alegria.

O depoimento anteriormente citado nos revela a importância da família para os migrantes, esta relevância ultrapassa a produção econômica familiar, perpassando pelas relações emocionais, o que implica na percepção de uma “vida muito longa, uma vida muito boa”. Para os migrantes, a “família é o centro da vida afetiva onde as relações sociais refletem a busca de segurança, sustento e proteção” (LUCENA, 1999, p. 88).

Quando dona Raimunda diz que “não sabia de nada”, também se refere à ausência dos estudos, pois na localidade não havia escolas, então, ela e os irmãos não tiveram acesso à educação básica sequer. A escola foi substituída pelo trabalho nas roças, trabalho que realizava em conjunto com seus familiares.

Ao narrar à expressão: “ninguém pensava em nada”, enfatizando que ela e os irmãos não tinham opinião própria, seus pais era quem pensavam e decidiam o futuro familiar. No início da entrevista, quando Dona Raimunda fala da sua trajetória, relembra do seu casamento:

(...) com a idade de 13 anos eu vim pra aqui pra roça de meu sogro, me casei, me noivei e casei. (...) eu morava com meu padrinho, depois chegou aqui em Ibicaraí, perto de Ibicaraí, nós noivou, fiquemo junto, e tamo até hoje, vai fazer quarenta ano (JESUS, 2010).

Dona Raimunda expressa o momento que conheceu seu esposo e se casou, confessa ainda que morava com um padrinho e só deixou a companhia deste padrinho depois do casamento. Ela casou bastante nova, talvez porque procurasse um “gestor” para sua vida já que não tinha mais o pai ao seu lado.

Narrativa que também expressa às relações de parentesco da zona rural, o compadrio, nas quais, um padrinho e uma madrinha têm a mesma função dos pais, em algumas famílias rurais. Neste caso, dona Raimunda ficou na responsabilidade do padrinho, quando saiu de Poções, seu segundo pai e, só depois do casamento, deixou a companhia dele. Os padrinhos muitas vezes são vizinhos próximos que dividem o cotidiano rural com os grupos familiares que estabelecem estas relações de compadrio.

A relação de compadrio em comunidades rurais estabelece duas relações, a primeira entre os padrinhos e as crianças. E a segunda dos padrinhos com os pais da criança, esta ultrapassa a amizade e constitui uma reprodução de laços entre irmãos. Assim “o compadrio não é apenas um seguro social para a criança, (...) é uma relação entre adultos que se estabelece através da criança” (DURHAN, 1973, p. 73).

A relação entre dona Raimunda e seu padrinho também pode refletir a subjugação

das mulheres ao domínio dos homens. Primeiro ela dependia da decisão do pai, depois do padrinho e por último do marido, com o qual se casou aos 13 anos de idade, ainda uma menina, com o qual vive há cerca de quarenta anos. Neste contexto, temos duas subordinações: da mulher ao homem e do mais novo ao mais velho³.

As recordações acerca da família dos migrantes não são lineares e homogêneas. Pelo contrário, são exercidas pela memória que não é cronológica e é carregada de emoções. Há uma “sucessão de etapas na memória que é toda dividida por marcos, pontes, onde a significação da vida se concentra” (BOSI, 1994, p. 415), da qual emanam situações de sofrimentos, conflitos, entrelaçados aos momentos de alegrias, solidariedades, e união.

Dona Margarida, migrante da zona rural de Buerarema, ao narrar sobre sua família, deixou transparecer algumas recordações dolorosas, como o falecimento do seu pai, fato que ela relaciona ao problema do alcoolismo enfrentado por ele e convivido por todo grupo familiar. Assim ela retrata durante a entrevista:

Meu pai bebia muita cachaça, bebia, não tinha quem segurasse a cachaça dele, minha mãe largava ele em Buerarema e vinha embora, aí ele morreu, meu pai morreu, morreu bebo, caiu em uma cisterna de água, tava chovendo, aí ele morreu, morreu novo, ele ia fazer sessenta ano ainda, ele morreu novo (...) (FRANÇA, 2010)

Dona Margarida diz que o pai consumia a cachaça, geralmente nos fins de semana, quando ia pra feira em Buerarema vender os produtos agrícolas que a família produzia. Às vezes ia sozinho deixando a família na pequena propriedade, e nas demais vezes, quando a produção superava as expectativas, ele levava a esposa, no caso, a mãe de dona Margarida. Ela lembra que ninguém conseguia controlar sua vontade de consumir bebida alcoólica, nem sua mãe, que não aguentava mais tamanho sofrimento e retornava sozinha para roça.

O pai de dona Margarida teve um destino infeliz. Nas “bebedeiras” em Buerarema, num certo dia chuvoso ele caiu em uma cisterna, devido ao estado alcoólico em que se encontrava, e não conseguiu retornar à superfície. Dona Margarida lamenta a morte do pai, dizendo que ele morreu novo, evidenciando que para ela a bebida interrompeu o contínuo de uma vida que poderia ter sido longa.

A recordação do falecimento também está relacionada à perda da propriedade da família de dona Margarida, visto que, depois do falecimento do pai, sua mãe vendeu a roça, porque sozinha ela não podia tocar a roça, e os filhos queriam viver na cidade de Buerarema.

³ Segundo Eunice Durhan essas subordinações são expressas em atitudes de respeito dos filhos para com os pais, e da mulher para com o marido. In: (DURHAN, 1973);

Como eram jovens, não tinham o mesmo apego dos pais com a propriedade e preferiam trabalhar na cidade, não dando valor aos anos investidos da família na pequena roça.

O falecimento do chefe da família rural pode causar a desestruturação da unidade familiar produtiva, assim os membros se dispersam, ou buscam novas unidades rurais, ou migram para a cidade em busca de novas perspectivas (DURHAN, 1973, p. 68). Assim aconteceu com a família de dona Margarida que se dispersou por várias cidades brasileiras, e até ela mesma foi para Itabuna, após o falecimento de seu pai e a venda das terras da família.

Dona Teodora e seu Delfino, casal de migrantes da região sudoeste da Bahia, migraram para Itabuna na década de 1980, junto com os três filhos, ambos quando recordam a família, expressam reminiscências de sentimentos conflituosos. Lembram-se do tempo em que trabalhavam na propriedade do pai de seu Delfino, do conflito durante a venda das terras e da separação da família. Reproduzo abaixo meu diálogo com o casal, seu Delfino e dona Dora:

Teodora: Casamo, trabalhamo uns tempo na fazenda do pai dele uns tempo, depois o pai dele vendeu a fazenda aí fomo pra São José do Colônia.

Priscila: Por que vendeu a fazenda?

Adelfino: Porque patroa pai de família que tem fia, você vá me desculpa, casa a fia até com o satanás, foi por isso que meu pai jogou a fazenda fora, porque ele tinha um genro juntou mais um irmão meu cumungaram pro veí vender a fazenda, eles dois assinou o termo do bom viver.

(...)

Teodora: Agente morava na fazenda todo o bolo, depois se disintenderam, deu pra brigar uns com os outros, um bota a roça aqui, outro bota aqui, aí venderam a fazenda, cabou a roça do pai (VIEIRA, 2010)

Quando questionei sobre a motivação que levou a família de seu Delfino a deixar a propriedade do pai e ir para São José do Colônia não esperava ter “cutucado” sentimentos e ressentimentos tão resguardados. Gostaria apenas de entender as razões de tal migração. Foi dona Dora que respondeu, apontando seu casamento e a permanência do casal na propriedade do sogro até a venda das terras.

Dona Dora não “matou” a minha curiosidade e eu fui obrigada a perguntar mais uma vez, em busca do entendimento, pensei: se as terras eram boas, com diversidade de plantações e criações de animais, por que venderam as terras? E expressei meu pensamento em forma de pergunta, mas não esboçando minhas prévias conclusões, os deixando à vontade para me “contar” o acontecido.

Desta vez foi seu Delfino que “tomou” a palavra, pela qual expressou ressentimentos guardados “debaixo de sete chaves”. Ressentimentos com o cunhado e o irmão que fizeram o

pai de seu Delfino assinar a venda das terras. Parece que para seu Delfino o cunhado tem mais “culpa no cartório”, ou talvez o irmão por ter um laço familiar mais forte já tenha sido perdoado, enquanto o cunhado é denominado por seu Delfino como “satanás”.

Aquele anjo mal expulso do céu, ou aquele “capetinha” que aparece nos desenhos animados mandando os personagens realizar coisas “erradas”. Foi isso que passou pela minha mente no momento da narrativa de seu Delfino, assim visualizei o cunhado de seu Delfino. Um “capetinha” convencendo o sogro a vender a propriedade da família, o que para seu Delfino era algo “errado”, era “jogar a fazenda fora”.

Neste momento, o filho de seu Delfino, Otoniel, pede para o pai contar sobre a briga entre ele e o cunhado por causa da venda da fazenda, no entanto seu Delfino se recusa. Assim não reproduz este trecho do diálogo, seguindo o desejo do entrevistado que não quis falar sobre tal acontecimento. No entanto, fiz questão de me referir ao trecho para salientar que seu Delfino não aceitou a venda da propriedade da família sem se rebelar.

Dona Dora achou necessário explicar o que levou ao conflito e a venda das terras, talvez ela tenha percebido que a narrativa de seu Delfino foi carregada de ressentimentos e conflitos. Ou então ela considerou a importância de detalhar os fatos, explicá-los para que o ouvinte não permanecesse com dúvidas.

Dessa maneira, dona Dora “toma” a palavra e explica que moravam todos os filhos e os novos respectivos núcleos familiares juntos na fazenda, e no meio a tanta gente surgiram os desentendimentos, até mesmo na localização e na escolha dos plantios. Assim “acabaram” com a roça do pai de seu Delfino vendendo as terras, e com a família, pois os membros se dispersaram devido aos conflitos.

No entanto, seu Delfino continua a expor os seus ressentimentos; desta vez os alvos são os irmãos, que segundo ele não são inconscientes:

Adelfino: Dos filhos do veí meu pai o mais consciente sou eu, porque eu sepultei meu pai, eu e ela, eu sepultei meu pai, sepultei minha mãe e uma neta que eles criavam que era minha subrinha sepultei também, eu e ela, tão tudo sepultado em São José do Colônia, no cemitério de São José do Colônia.

Teodora: Porque eles venderam a fazenda, os outro tudo, cada um foi pro um canto e agente levou o veí pra morar em São José do Colônia, então fomos nós que tomamos conta do veí.

Adelfino: Eu e ela que tomou conta do veí (...) nesse tempo ele jogou uma fazenda fora por causa do genro, por causa do genro e do um irmão meu que já morreu, dos filho criado do veí Batista só tem eu vivo, dos filho homem, agora mulher tem minha irmã, Mariquinha que mora no Rio do Meio, dos filho homem só tem eu vivo (VIEIRA, 2010).

Seu Delfino se considera como o único consciente entre os irmãos e relaciona esta consciência ao ato de sepultar os pais. Ele ressalta que foi ele e a esposa que “enterraram” os pais, e uma sobrinha. Neste contexto “enterrar” talvez não signifique apenas a ação de sepultar, ele quis enfatizar que o casal permaneceu na companhia dos pais até o falecimento de ambos. Cuidando e gerenciando a velhice, com zelo e carinho.

Após o depoimento de dona Dora, compreendemos melhor o que seu Delfino denomina como “falta de consciência dos irmãos”; para o casal, eles saíram pelo mundo deixando os pais à toa. Depois das vendas das terras a família se dispersou, cada núcleo familiar seguiu seu rumo. Sendo assim, o casal tomou conta dos pais e de uma sobrinha, os levaram para São José do Colônia e cuidaram deles até o falecimento, por isso a referência de seu Delfino ao sepultamento dos três.

A narrativa evidencia que seu Delfino tem ressentimentos com o irmão e o genro pela venda das terras, mas também porque eles não se preocuparam em manter a família unida, pois venderam as terras, o sustento da família, sem levar em conta a sobrevivência do pai. Seu Delfino demonstra também que mesmo ressentido ele não abandonou seu pai, o levou para São José do Colônia e cuidou dele até a sua morte, e ele se orgulha disso repetindo que dos irmãos homens, o único vivo até hoje é ele.

Conforme Pierre Ansart (2001, p. 22), os ressentimentos no interior de um grupo produzem cumplicidade e solidariedade “afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo”. Assim, o núcleo familiar de seu Delfino, formado por ele, os filhos e dona Dora se uniu ainda mais depois da perda da fazenda, tanto que hoje moram todos na mesma rua do bairro Maria Pinheiro. Além de se unirem, eles se solidarizaram com os pais de seu Delfino e a sobrinha, ultrapassaram o ressentimento de perda e cuidaram deles até o fim dos seus dias de vida.

Vizinhanças e laços de solidariedade

Muitos depoimentos femininos são centralizados nas lembranças familiares, porém são poucos depoentes que expressam os laços de sociabilidade entre eles e os vizinhos. Falam que eram vizinhos bons, outras mulheres dizem que não tinham contato com a vizinhança, como dona Raimunda e dona Margarida. Porém, “a história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista” (PORTELLI, 1997, p. 39). Então, vamos tratar desta “multiplicidade”, iniciando pela percepção de dona Dora sobre sua vizinhança:

“Eu tenho muita saudade do meu vizinho, lá era uma beleza mesmo, aqui a bondade daqui, é se adoecer vai pro hospital e lá a casa enchia, não tinha hospital (VIEIRA, 2010)”.

Dona Dora compara a importância de seus vizinhos em São José do Colônia, no “tempo da roça”, com o acesso ao hospital na cidade de Itabuna. Lembra que se algum membro da família adoecesse não tinha hospital próximo, mas tinham a solidariedade dos vizinhos. Fica claro que dona Dora sente saudades de seus antigos vizinhos, apesar de desejar migrar para a cidade de Itabuna, devido a uma enchente, ela sente falta da vizinhança. Talvez na cidade ela não encontre os mesmos laços de solidariedade, assim contou apenas com o hospital para tratar as enfermidades da sua família. A migração também significou o rompimento destes laços de sociabilidade, não proporcionado, com tanta ênfase, no “tempo da cidade”.

Dona Marinalva é uma das primeiras moradoras do bairro Maria Pinheiro, em Itabuna, onde é conhecida por todos como “Marinalva Parteira”, devido à função exercida por ela quando ainda muito jovem, de realizar partos. Trabalho desenvolvido desde que morava na zona rural. Nascida em Itabuna, foi com apenas três meses morar em Jacareci, distrito de Camacã, onde foi criada com seus familiares. Na década de 1960, foi morar no município de Uruçuca, onde se casou e teve seus filhos.

Dona Marinalva, quando se lembra dos seus vizinhos da zona rural de Uruçuca, também retrata a ausência de assistência médica. Abaixo reproduzo a narrativa de dona Marinalva:

Tinha uns cinco vizinho, tudo ótimo, aí comecei a fazer parto, fiquei logo conhecida, aí comecei a fazer parto, uma menina, ela era até de menor, aí fiz esse parto, aí ia pra tudo quanto era canto, até pra Ilhéus me levaram pra fazer parto, quando nascia em casa, nascia em casa não tinha problema (...) graças a Deus nunca deu complicação, aqui mesmo eu faço parto, quando chama Samu a mulher já ta é comendo pirão, (Risadas), já ta deitada, quando ele olham, precisar levar não ta tudo em orde (...) De primeira não tinha esse negócio de hospital era difíci. A pessoa cortava o pé, não tinha médico, lavava, botava folha de bananeira, colocava café ali mesmo, aí estancava o sangue, fechava o talho (...) Eu mesmo tomei um talho de podão foi curado com café e açúcar, oh qui, eu fui tirar tangerina no dia de quinta-feira maior, aí o podão escapuliu de lá e pau, foi um trabalho danado, mas com quinze dia tava sã (FERNANDES, 2010).

A narrativa expressa seu trabalho de parteira, que se inicia na zona rural no “tempo da roça”, e perpassa toda trajetória da entrevistada. Dona Marinalva oscila durante sua fala entre o “tempo da roça” e o “tempo da cidade”, para expressar como o trabalho de parteira ainda faz parte do seu cotidiano na cidade.

Durante o depoimento, dona Marinalva privilegia este trabalho e negligencia o trabalho nas lavouras. No trecho acima, ela demonstra com orgulho o reconhecimento dos seus vizinhos rurais ao se tratar da sua função de parteira. Apesar de ter poucos vizinhos, apenas cinco, ela diz que se tornou conhecida nos arredores e até mesmo em outro município, onde ela também realizou partos, isto em Ilhéus.

Lembra com orgulho também dos partos realizados não terem gerado complicações para as mães e para os bebês. Então, neste momento ela perpassa o “tempo da cidade”, na qual ela ainda exerce sua função. Mesmo Itabuna contando com duas maternidades, dona Marinalva ainda é procurada no bairro Maria Pinheiro e em bairros circunvizinhos. O que pode indicar reminiscências rurais nos bairros populares, nos quais talvez não houvesse tantas opções para as mulheres em trabalho de parto, e estas utilizavam os serviços de parteiras.

Dona Marinalva ressalta, com ênfase e alegria, entre risadas, que muitas vezes quando o Samu⁴ chega à residência da paciente, a mesma já está até “comendo pirão”, e não necessita mais que a Unidade móvel a transfira para um hospital. Dona Marinalva é ainda muito requisitada no bairro Maria Pinheiro, um bairro com muitos migrantes da zona rural. Moradores que ainda confiam nas parteiras, e até mesmo dão mais credibilidade a estas do que aos médicos. Evidenciando, com isso, uma reprodução do cotidiano rural na cidade.

Percebemos no caso de dona Marinalva, que os laços de sociabilidade são renovados na cidade, e baseados em uma memória deste passado rural, diferente de dona Dora que sente falta dos vizinhos rurais. A confiança na parteira e a desconfiança nos médicos nos permitem pensar em um entrelaçamento entre a roça e a cidade. Pensamento sinalizado quando os vizinhos logo chamam dona Marinalva ao sentirem as primeiras dores do parto. A parteira é a primeira a ser convidada a participar e até mesmo a reger este momento de alegria, e em muitas vezes de medo e dor. Sentimentos múltiplos que perpassam os momentos do parto que dona Marinalva se permite e é permitida a compartilhar.

Em seguida dona Marinalva retorna ao “tempo da roça” para falar da ausência de assistência médica, principalmente na zona rural onde ela vivia. Ela “conta” como as pessoas tratavam feridas, utilizando artífices da natureza e da alimentação, folha de bananeira, pó de café e açúcar, curando suas enfermidades.

E como ela já era conhecida como parteira, tornou-se uma espécie de “médica rural”, e se orgulha dos seus conhecimentos “medicinais”, os quais ela já testou nela mesma. Quando cortou o colo do seio, ela faz questão de mostrar durante o depoimento, tocando o talho

⁴ Unidade de saúde móvel do sistema único de saúde.

cicatrizado, no intuito de enfatizar que foi um corte profundo, mas que foi solucionado.

Dona Marinalva deu asas a minha imaginação, pois me transportei para aquela zona rural em uma quinta-feira da Semana Santa, e presenciei dona Marinalva subindo em um pé de tangerina e levando um corte do podão. Como ela reproduziu durante a narrativa o som do corte, “pau”, imaginei até o sangue jorrando. Mas, “tudo acabou bem”, através da sua sabedoria natural o talho foi curado e com quinze dias já havia cicatrizado.

No meio rural a fabricação de remédios é muitas vezes uma das funções femininas, devido à distância dos hospitais e das farmácias, as mulheres assumem a responsabilidade da saúde de seus familiares, e até mesmo de seus vizinhos (LUCENA, 1999: 113). Como bem faz dona Marinalva, conhecida “aos quatro cantos” como parteira e conhecedora de medicamentos caseiros. No entanto, estas funções extrapolam o cotidiano rural e se reproduzem na vivência na cidade.

As narrativas sobre a família emergem sentimentos distintos, alguns lembram momentos de alegria, e união. Enquanto outros rememoram ressentimentos e conflitos familiares. Estes ressentimentos, para alguns migrantes, estão relacionados à perda da propriedade da família. No caso de seu Delfino, consequência do conflito com o irmão e com o cunhado. E para dona Margarida a venda da pequena roça foi resultado do alcoolismo do pai e consequentemente o falecimento dele.

No entremeio destas lembranças surge o compadrio, em um mister de laços familiares e vizinhança. Também o papel da parteira, uma espécie de “médica rural”, tão bem retratado pela entrevista de dona Marinalva. Funções reproduzidas na cidade, onde um vizinho ainda é visto como padrinho, e a parteira ainda convidada a partilhar e reger o nascimento de muitas crianças.

Sobre as multiplicidades dos grupos familiares, percebemos como as mulheres foram importantes no cotidiano rural. Elas desempenharam diversas funções, desde o “cuidar” da casa e dos filhos, até o trabalho nas roças e nas feiras da cidade. São especialmente as vozes femininas que narram às lembranças familiares com altivez e emoção. “Vozes vivas e diversas que se aprovam, se comovem, se lembram (...) vozes que revelam sem pretensão, com palavras do cotidiano, práticas comuns. Vozes de mulheres que revelam a vida das pessoas (...) (GIARD, 2009: 224)”.

Referência Bibliográfica

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 15-36.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Memória de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. In: CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LUCENA, Célia Toledo. Mobilidade social: histórias de família e variedades de gênero. In: MEIHJ, José Carlos Sebe. (Org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTELI, Alessandro. O quê faz a história oral diferente. In: **Projeto História**, São Paulo, 14 fev., 1997, p. 25-39.

Entrevistas

Adelfino Pinto Vieira. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascido em 1954 em Iguaí. Entrevista em 28 de janeiro de 2010.

Margarida Rocha França. Residente no bairro Fonseca, Itabuna, nascida em 1946 em Buerarema. Entrevista em 20 de janeiro de 2010.

Marinalva Fernandes. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascida em 1968 em Itabuna. Entrevista em 13 de janeiro de 2010.

Otoniel Pinto Vieira. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascido em 1959 em Iguaí. Entrevista em 28 de janeiro de 2010.

Raimunda Libarino Jesus. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascida em 1944 em Poções. Entrevista em 21 de janeiro de 2010.

Teodora Pacheco Pinto. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascida em 1930 em Iguaí. Entrevista em 28 de janeiro de 2010.